

SUMÁRIO

Capítulo 1 – HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO	25
1.1 História geral do Direito do Trabalho.....	25
1.2 História do Direito do Trabalho no Brasil	27
Capítulo 2 – TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO	29
2.1 Denominação	29
2.2 Conceito	29
2.3 Divisão da matéria para fins didáticos.....	30
2.4 Autonomia do Direito do Trabalho.....	31
2.5 Relações com outros ramos do Direito.....	31
2.6 Relações com os direitos humanos e fundamentais.....	32
2.7 Relações com outras ciências.....	33
2.8 Natureza jurídica do Direito do Trabalho.....	33
2.9 Fontes do Direito do Trabalho.....	34
2.10 Fontes formais do Direito do Trabalho	35
2.10.1 Constituição.....	35
2.10.2 Leis.....	35
2.10.3 Atos do Poder Executivo.....	36
2.10.3.1 Regulamentação de disposições relativas à legislação trabalhista.....	38
2.10.3.2 Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais	39
2.10.4 Sentença normativa.....	40
2.10.5 Jurisprudência.....	41
2.10.6 Sentença arbitral.....	43
2.10.7 Convenções e acordos coletivos	44
2.10.8 Usos e costumes.....	45
2.10.9 Regulamento de empresa	45
2.10.10 Contrato de trabalho.....	46
2.10.11 Princípios jurídicos.....	46
2.11 Interpretação do Direito do Trabalho.....	46
2.12 Integração do Direito do Trabalho	48

2.13	Eficácia no tempo das normas de Direito do Trabalho.....	50
2.14	Eficácia no espaço das normas de Direito do Trabalho	54
2.15	Princípios de direito do trabalho	56
2.15.1	Princípio da proteção	59
2.15.2	Princípio da irrenunciabilidade.....	61
2.15.3	Princípio da primazia da realidade.....	62
2.15.4	Princípio da continuidade da relação de emprego.....	62
2.15.5	Outros princípios aplicáveis ao Direito do Trabalho.....	63
2.16	Flexibilização e direito do trabalho	69
2.16.1	Programa Seguro-Emprego	72
2.16.2	Medidas trabalhistas alternativas para enfrentamento de estado de calamidade pública.....	75
2.16.3	Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.....	82
2.17	Declaração de direitos de liberdade econômica e direito do trabalho	91
Capítulo 3 – DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO		94
3.1	Introdução	94
3.2	Incorporação de normas internacionais ao sistema jurídico interno....	94
3.3	Hierarquia da norma internacional no ordenamento jurídico nacional.....	96
3.4	Organização Internacional do Trabalho.....	98
3.5	Direito Comunitário	102
Capítulo 4 – CONTRATO DE TRABALHO.....		105
4.1	Contrato de trabalho e relação de emprego.....	105
4.2	Natureza jurídica	105
4.3	Contratação do empregado	106
4.3.1	Certidão de antecedentes criminais.....	108
4.3.2	Consulta a informações creditícias	111
4.4	Contrato de trabalho por equipe	111
4.5	Conceito de contrato de trabalho	111
4.6	Requisitos do contrato de trabalho.....	111
4.6.1	Pessoa natural	112
4.6.2	Pessoalidade.....	113
4.6.3	Não eventualidade	113
4.6.4	Subordinação	113
4.6.5	Onerosidade.....	115
4.7	Características do contrato de trabalho	116
4.8	Elementos do contrato de trabalho	116
4.8.1	Contrato de trabalho com o indígena.....	120
4.9	Cláusula de não concorrência.....	121
4.10	Nulidade no Direito do Trabalho: trabalho ilícito e trabalho proibido....	122

4.11	Direitos e deveres.....	124
4.12	Direitos intelectuais e invenções do empregado.....	125
4.13	Indenização por danos extrapatrimoniais e materiais trabalhistas	127
4.13.1	Trabalho em condições análogas à de escravo e tráfico de pessoas.....	142
4.13.2	Trabalho decente.....	146
4.14	Termo de quitação anual de obrigações trabalhistas.....	149
4.15	Diferenças entre contrato de trabalho e outras modalidades contratuais	150
4.16	Contrato de trabalho a prazo determinado	151
4.17	Contratos de trabalho a prazo determinado em leis específicas	155
4.18	Contrato de trabalho intermitente.....	160
4.19	Trabalhador temporário: Lei 6.019/1974	165
4.20	Contrato de trabalho verde e amarelo.....	172
Capítulo 5 – EMPREGADO		173
5.1	Conceito	173
5.2	Modalidades de empregado.....	173
5.2.1	Empregado eleito diretor de sociedade.....	173
5.2.2	Empregado em domicílio e teletrabalho.....	174
5.2.2.1	Regime de trabalho do advogado empregado	180
5.2.2.2	Regime de trabalho da empregada gestante	180
5.2.3	Empregado doméstico.....	182
5.2.3.1	Conceito de empregado doméstico.....	185
5.2.3.2	Trabalho do menor proibido.....	186
5.2.3.3	Duração do trabalho	186
5.2.3.4	Horas extras	186
5.2.3.5	Compensação de horas.....	186
5.2.3.6	Períodos não computados na jornada de trabalho..	186
5.2.3.7	Trabalho em dias de descanso.....	187
5.2.3.8	Trabalho em regime de tempo parcial.....	187
5.2.3.9	Contrato por prazo determinado.....	187
5.2.3.10	Carteira de Trabalho e Previdência Social.....	188
5.2.3.11	Jornada 12x36.....	188
5.2.3.12	Viagens	188
5.2.3.13	Registro de horário de trabalho.....	188
5.2.3.14	Intervalo intrajornada.....	189
5.2.3.15	Trabalho noturno	189
5.2.3.16	Horários mistos.....	189
5.2.3.17	Intervalo interjornada.....	189
5.2.3.18	Repouso semanal remunerado e feriados	189
5.2.3.19	Férias	189

5.2.3.20	Descontos salariais e utilidades.....	190
5.2.3.21	Aplicação subsidiária	190
5.2.3.22	Vale-transporte	190
5.2.3.23	Previdência Social.....	191
5.2.3.24	FGTS	191
5.2.3.25	Aviso prévio	192
5.2.3.26	Licença-maternidade	192
5.2.3.27	Estabilidade provisória da gestante.....	192
5.2.3.28	Seguro-desemprego	193
5.2.3.29	Justa causa.....	194
5.2.3.30	Rescisão indireta	194
5.2.3.31	Simples Doméstico.....	195
5.2.3.32	Prescrição	197
5.2.3.33	Fiscalização.....	197
5.2.3.34	Modificações legais futuras.....	197
5.2.4	Empregado rural.....	198
5.2.5	Empregado público	201
5.2.6	Empregado aprendiz	210
5.2.7	Mãe social.....	216
5.2.8	Empregado com formação superior e maior patamar remuneratório.....	217
5.3	Identificação profissional e registro do empregado.....	218
5.3.1	Carteira de Trabalho e Previdência Social	218
5.3.2	Registro de empregado	224
Capítulo 6 – OUTRAS ESPÉCIES DE TRABALHADORES.....		227
6.1	Trabalhador avulso.....	227
6.2	Estagiário.....	231
6.3	Trabalhador autônomo	238
6.4	Trabalhador eventual	246
6.5	Trabalhador voluntário	247
6.6	Medidas de proteção ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega	249
Capítulo 7 – EMPREGADOR.....		252
7.1	Conceito	252
7.2	Grupo de empresas.....	253
7.3	Consórcio de empregadores.....	257
7.4	Sucessão trabalhista	258
7.4.1	Sucessão trabalhista na Lei 11.101/2005	261
7.4.2	Despersonalização do empregador e desconsideração da personalidade jurídica	264

7.4.3	Cartórios notariais e de registro (extrajudiciais)	267
7.5	Entidades de prática desportiva	269
7.5.1	Sucessão e responsabilidade.....	271
7.6	Poder de direção do empregador.....	275
7.6.1	Verificação de e-mail pelo empregador	277
7.6.2	Regulamento de empresa	279
7.6.3	Revistas pessoais.....	279
7.6.4	Uso de uniforme	281
7.6.5	Câmeras de vigilância	282
7.7	Preservação do sigilo sobre doenças e condições de saúde.....	282
Capítulo 8 – TERCEIRIZAÇÃO		284
8.1	Introdução.....	284
8.2	Terceirização e intermediação de mão de obra.....	285
8.3	Parâmetros da terceirização.....	285
8.4	Terceirização na administração pública.....	292
8.5	Responsabilidade do tomador	297
8.6	Terceirização em concessão de serviço público.....	304
8.7	Enquadramento sindical na terceirização.....	306
8.8	Fiscalização da terceirização	306
8.9	Empresas de vigilância.....	306
8.10	Dono da obra e empreitada.....	306
8.11	Contrato de facção	309
8.12	Cooperativas de trabalho	309
8.13	Empreendimentos de economia solidária	318
Capítulo 9 – REMUNERAÇÃO		323
9.1	Conceito	323
9.2	Parcelas de natureza salarial	327
9.2.1	Comissões	328
9.2.2	Gratificações	329
9.2.3	Décimo terceiro salário	330
9.2.4	Quebra de caixa	331
9.3	Adicionais ao salário.....	332
9.3.1	Adicional de horas extras	332
9.3.2	Adicional noturno	333
9.3.3	Adicional de transferência	334
9.3.4	Adicional de periculosidade	335
9.3.5	Adicional de insalubridade.....	340
9.3.6	Adicional por acúmulo de funções	346
9.3.7	Adicional de risco.....	348
9.3.8	Adicional de penosidade	349

9.4	Parcelas sem natureza salarial	349
9.4.1	Abonos	350
9.4.2	Abono do PIS.....	350
9.4.3	Ajuda de custo	351
9.4.4	Auxílio-alimentação	351
9.4.5	Diárias para viagem	352
9.4.6	Participação nos lucros.....	353
9.4.7	Prêmios.....	356
9.5	<i>Gueltas</i>	357
9.6	<i>Stock option</i>	358
9.7	Salário-família.....	359
9.8	Salário-maternidade.....	360
9.9	Formas de fixação do salário	362
9.10	Salário-utilidade.....	364
9.11	Utilidades sem natureza salarial.....	367
9.12	Tempo de pagamento do salário	371
9.13	Débitos salariais e mora contumaz	372
9.14	Local e forma de pagamento do salário.....	373
9.15	Garantias de proteção do salário.....	374
9.15.1	Garantias do salário perante o empregador.....	374
9.15.2	Garantias do salário perante credores do empregado	378
9.15.3	Garantias do salário perante credores do empregador.....	381
9.16	Direito de arena e direito de imagem	385
Capítulo 10 – EQUIPARAÇÃO SALARIAL E POLÍTICA SALARIAL.....		388
10.1	Introdução	388
10.2	Requisitos da equiparação salarial.....	389
10.2.1	Identidade de funções	389
10.2.2	Identidade de empregador	391
10.2.3	Identidade de estabelecimento	392
10.2.4	Trabalho de igual valor.....	392
10.2.5	Ausência de quadro de carreira e de plano de cargos e salários	394
10.2.6	Contemporaneidade na prestação dos serviços.....	395
10.2.7	Empregado readaptado e que não pode servir de paradigma.....	395
10.3	Prescrição na equiparação salarial	396
10.4	Multa decorrente de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade	396
10.5	Equiparação salarial por função análoga	399
10.6	Equiparação salarial por equivalência.....	400
10.7	Salário do período de substituição não provisória.....	400
10.8	Equiparação salarial na terceirização.....	401

10.8.1	Equiparação salarial na intermediação de mão de obra.....	403
10.9	Desvio de função.....	404
10.10	Política salarial	405
10.10.1	Salário mínimo	405
10.10.2	Salário profissional e piso da categoria	407
10.10.3	Política salarial em vigor.....	411
Capítulo 11 – ALTERAÇÕES NO CONTRATO DE TRABALHO		414
11.1	Introdução	414
11.2	Requisitos	414
11.3	<i>Jus variandi</i>	415
11.4	Transferência do empregado.....	418
11.4.1	Transferência ao exterior.....	420
11.4.2	Transferência de empregado público	423
Capítulo 12 – SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO		427
12.1	Introdução	427
12.2	Distinção e conceito	427
12.3	Hipóteses.....	427
12.3.1	Aborto	428
12.3.2	Acidente do trabalho.....	428
12.3.3	Auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária).....	431
12.3.4	Aposentadoria por invalidez (aposentadoria por incapacidade permanente)	432
12.3.5	Aviso prévio	434
12.3.6	Eleição para cargo de diretor da sociedade.....	435
12.3.7	Encargo público.....	435
12.3.8	Faltas justificadas.....	436
12.3.9	Férias	442
12.3.10	Greve.....	442
12.3.11	Inquérito judicial para apuração de falta grave	443
12.3.12	Intervalo para descanso e refeição	446
12.3.13	Intervalo dos serviços de mecanografia e digitação.....	447
12.3.14	Intervalo do trabalho em minas de subsolo	447
12.3.15	Intervalo em câmaras frias.....	447
12.3.16	Intervalo interjornada.....	448
12.3.17	Licença-maternidade.....	448
12.3.18	<i>Lockout</i>	455
12.3.19	Prisão e detenção do empregado.....	456
12.3.20	Prontidão e sobreaviso	456
12.3.21	Tempo de espera.....	457

12.3.22	Repouso semanal remunerado e feriados.....	458
12.3.23	Representação sindical	458
12.3.24	Segurança nacional	459
12.3.25	Suspensão disciplinar.....	459
12.3.26	Suspensão por violência doméstica e familiar à mulher	460
12.4	Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional	462
12.5	Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional de mulheres.....	465
12.6	Suspensão do contrato de trabalho de pais empregados	466
12.7	Suspensão do contrato de trabalho e dispensa do empregado.....	467
Capítulo 13 – CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO		469
13.1	Terminologia	469
13.2	Classificação e conceito	469
13.3	Direito internacional.....	470
13.4	Dispensa plúrima e dispensa coletiva.....	472
13.5	Modalidades de dispensa	474
13.6	Classificação das modalidades de cessação do contrato de trabalho	475
13.6.1	Dispensa sem justa causa.....	475
13.6.2	Dispensa com justa causa.....	478
13.6.3	Culpa recíproca.....	493
13.6.4	Demissão.....	493
13.6.5	Despedida indireta	493
13.6.5.1	Dispensa indireta e possibilidade de permanência no serviço	499
13.6.6	Cessação do contrato por falecimento do empregado.....	501
13.6.7	Cessação do contrato por falecimento do empregador pessoa física.....	502
13.6.8	Extinção da empresa pelo falecimento do empregador	502
13.6.9	Cessação do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador	502
13.6.10	Planos de demissão voluntária ou incentivada	503
13.6.11	Cessação do contrato de trabalho por forçá maior	506
13.6.12	Cessação do contrato de trabalho por <i>factum principis</i>	507
13.6.13	Cessação do contrato de trabalho por tempo determinado... ..	509
13.7	Pagamento das verbas rescisórias na extinção do contrato de trabalho.....	510
13.8	Comissão de Conciliação Prévia	515
Capítulo 14 – AVISO PRÉVIO		520
14.1	Introdução	520
14.2	Conceito	520
14.3	Fundamento.....	520

14.4	Natureza jurídica	520
14.5	Prazo e forma	521
14.5.1	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.....	522
14.6	Finalidade	526
14.7	Cabimento.....	526
14.8	Consequências da ausência de concessão do aviso prévio.....	527
14.9	Aviso prévio e trabalho no período	529
14.10	Justa causa durante o aviso prévio	531
14.11	Reconsideração do aviso prévio concedido.....	532
Capítulo 15 – ESTABILIDADE		533
15.1	Introdução	533
15.2	Denominação	533
15.3	Conceito	534
15.4	Fontes formais do direito de estabilidade	534
15.5	Estabilidade por tempo de serviço.....	534
15.6	Garantias de emprego	537
15.6.1	Dirigente sindical.....	538
15.6.2	Representante da CIPA.....	542
15.6.3	Empregada gestante e adotante.....	544
15.6.4	Empregado acidentado.....	550
15.6.5	Empregado eleito diretor de cooperativa.....	554
15.6.6	Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia	555
15.6.7	Membro do Conselho Curador do FGTS	556
15.6.8	Membro do Conselho Nacional de Previdência Social	556
15.6.9	Empregado reabilitado e empregado com deficiência.....	556
15.6.10	Período eleitoral	559
15.6.11	Estabilidade de servidores públicos regidos pela CLT.....	560
15.6.12	Estabilidade do art. 19 do ADCT	562
15.6.13	Comissão para acompanhamento e fiscalização de gorjeta ...	563
15.6.14	Comissão de representantes dos empregados.....	564
Capítulo 16 – INDENIZAÇÃO		566
16.1	Introdução	566
16.2	Conceito	566
16.3	Natureza jurídica	567
16.4	Evolução do sistema de despedida no Brasil.....	567
16.5	Indenização por tempo de serviço.....	569
16.5.1	Aposentadoria e contrato de trabalho.....	574
16.6	Indenização nos contratos a prazo determinado.....	580
16.7	Indenização compensatória de 40% do FGTS.....	581
16.8	Indenização adicional.....	582

Capítulo 17 – FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	585
17.1 Introdução	585
17.2 Conceito	586
17.3 Natureza jurídica	587
17.4 Administração	588
17.5 Sujeitos da obrigação de depositar o FGTS	589
17.6 Depósitos do FGTS	591
17.7 Prazo para depósito do FGTS	594
17.8 Fiscalização do FGTS	594
17.9 Cobrança do FGTS	595
17.10 Saque do FGTS	596
17.11 Prescrição do FGTS	600
17.12 Diferença de indenização compensatória de 40% do FGTS decorrente de expurgos inflacionários	602
17.13 Recontratação de empregado	603
Capítulo 18 – JORNADA DE TRABALHO	605
18.1 Introdução	605
18.2 Denominação e conceito	606
18.3 Natureza jurídica	607
18.4 Classificação	607
18.5 Fundamentos para a limitação da jornada de trabalho	608
18.6 Duração normal da jornada de trabalho	608
18.6.1 Jornada de trabalho do professor	611
18.6.2 Horários de entrada e saída flexíveis	612
18.7 Horas <i>in itinere</i>	612
18.8 Registro de ponto e variação de horário	615
18.9 Trabalho em regime de tempo parcial	618
18.10 Trabalho em regime de escala de revezamento	620
18.11 Empregados excluídos do regime de duração do trabalho	623
18.12 Jornada de trabalho especial do empregado bancário	629
18.13 Jornada de trabalho especial do advogado empregado	632
18.14 Prorrogação da jornada de trabalho	633
18.14.1 Acordo de prorrogação da jornada de trabalho	633
18.14.2 Prorrogação de jornada decorrente de necessidade imperiosa	634
18.14.3 Prorrogação para recuperação de tempo de não realização do trabalho	635
18.14.4 Cálculo das horas extras	636
18.15 Compensação da jornada de trabalho	640
18.15.1 Regime especial de compensação de jornada de trabalho por meio de banco de horas	643
18.15.2 Jornada 12 x 36	643

18.15.3	Acordo de compensação irregular	645
18.15.4	Prorrogação em atividade insalubre	646
18.16	Trabalho noturno.....	647
Capítulo 19 – INTERVALOS PARA DESCANSO		650
19.1	Introdução	650
19.2	Denominação	650
19.3	Conceito e natureza jurídica	650
19.4	Intervalo intrajornada	651
19.4.1	Intervalo para descanso e refeição	651
19.4.2	Serviço de mecanografia e digitação	656
19.4.3	Serviços em frigorífico e câmara fria.....	661
19.4.4	Serviços em minas de subsolo	662
19.4.5	Intervalo para amamentação	662
19.5	Intervalo interjornada	663
Capítulo 20 – REPOUSO SEMANAL REMUNERADO		666
20.1	Introdução	666
20.2	Denominação e conceito.....	666
20.3	Natureza jurídica	668
20.4	Descanso semanal remunerado e trabalho aos domingos.....	668
20.4.1	Remuneração do descanso semanal.....	672
20.5	Descanso remunerado e trabalho em feriados	676
20.5.1	Remuneração dos feriados.....	678
20.6	Descanso semanal remunerado e feriados na relação de emprego doméstico.....	678
Capítulo 21 – FÉRIAS.....		679
21.1	Introdução	679
21.2	Conceito	679
21.3	Natureza jurídica	680
21.4	Classificação.....	680
21.5	Período aquisitivo	681
21.5.1	Duração das férias	681
21.5.2	Perda do direito às férias	683
21.6	Período concessivo	684
21.6.1	Fracionamento das férias.....	685
21.6.2	Feridos no curso das férias.....	686
21.7	Comunicação das férias.....	687
21.8	Remuneração das férias	687
21.9	Abono pecuniário de férias	689
21.10	Férias concedidas após o período concessivo.....	690
21.11	Cessação do contrato de trabalho e efeitos quanto às férias	691

21.12	Antecipação de férias individuais.....	694
21.13	Prescrição da pretensão quanto às férias.....	695
21.14	Férias do empregado doméstico.....	695
21.15	Férias do professor.....	696
21.16	Férias do marítimo.....	697
Capítulo 22 – TRABALHO DA MULHER.....		698
22.1	Introdução.....	698
22.2	Fundamento das normas de proteção do trabalho da mulher.....	700
22.3	Condições de trabalho da mulher.....	701
22.4	Normas de proteção do trabalho da mulher que ainda persistem na CLT.....	702
22.4.1	Duração, condições do trabalho e discriminação contra a mulher.....	703
22.4.2	Trabalho noturno da mulher.....	706
22.4.3	Períodos de descanso no trabalho da mulher.....	707
22.4.4	Métodos e locais de trabalho da mulher.....	710
22.5	Proteção à maternidade.....	713
22.6	Direitos e garantias da advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e do advogado que se torna pai.....	716
22.7	Programa Emprega + Mulheres.....	717
Capítulo 23 – TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....		720
23.1	Introdução.....	720
23.2	Denominação e conceito.....	722
23.3	Fundamento das normas de proteção ao trabalho da criança e do adolescente.....	722
23.4	Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.....	723
23.5	Trabalho proibido ao menor.....	724
23.6	Deveres e responsabilidade em relação ao menor.....	726
23.7	Trabalho educativo.....	727
23.8	Direito à profissionalização, ao trabalho e à renda do jovem.....	728
Capítulo 24 – NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO.....		730
24.1	Introdução.....	730
24.2	Disposições sobre a nacionalização do trabalho na CLT e sua vigência....	731
24.3	Formalização do contrato de trabalho com o empregado estrangeiro....	734
Capítulo 25 – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO.....		739
25.1	Introdução.....	739
25.1.1	Normas de Segurança e Saúde no Trabalho.....	739
25.1.2	Diretrizes para elaboração e revisão das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho.....	741

25.2	Denominação e conceito.....	742
25.3	Segurança e Saúde no Trabalho e meio ambiente do trabalho	742
25.4	Disposições gerais	743
25.5	Inspeção prévia e embargo ou interdição	746
25.6	Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT)	747
25.7	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA).....	748
25.8	Equipamento de proteção individual	750
25.9	Medidas preventivas de segurança e saúde no trabalho (PGR, PCMSO E ASO)	750
25.10	Edificações	752
25.11	Iluminação.....	753
25.12	Conforto térmico.....	753
25.13	Instalações elétricas.....	754
25.14	Movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.....	754
25.15	Máquinas e equipamentos	755
25.16	Caldeiras, fornos e recipientes sob pressão.....	755
25.17	Prevenção da fadiga	756
25.18	Indústria de construção.....	756
25.19	Trabalho a céu aberto.....	757
25.20	Trabalho em minas de subsolo	757
25.21	Proteção contra incêndio	758
25.22	Condições de higiene e conforto	758
25.23	Resíduos industriais.....	758
25.24	Sinalização e identificação de segurança	759
25.25	Asbesto (amianto)	759
25.26	Insalubridade.....	760
25.27	Periculosidade	762
25.28	Normas comuns à insalubridade e à periculosidade	771
25.29	Segurança e saúde no trabalho rural	772
25.30	Explosivos.....	774
25.31	Líquidos combustíveis e inflamáveis.....	774
25.32	Registro profissional do técnico de segurança do trabalho	774
25.33	Fiscalização e penalidades	774
25.34	Segurança e saúde no trabalho portuário	775
25.35	Segurança e saúde no trabalho aquaviário.....	775
25.36	Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde	776
25.37	Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados.....	776
25.38	Meio ambiente de trabalho na indústria da construção, reparação e desmonte naval.....	776
25.39	Trabalho em altura	776

25.40	Segurança e saúde no trabalho nas organizações de abate e processamento de carnes e derivados.....	776
25.41	Segurança e saúde em plataformas de petróleo	777
25.42	Segurança e saúde no trabalho nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.....	777
25.43	Segurança e saúde no trabalho realizado em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória.....	778
Capítulo 26 – FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO.....		779
26.1	Introdução.....	779
26.2	Natureza jurídica	779
26.3	Carreira, atribuições, identificação e poderes.....	783
26.4	Dupla visita	785
26.5	Autuação, livro de inspeção do trabalho e domicílio eletrônico trabalhista.....	787
26.6	Processo administrativo e multa na fiscalização do trabalho.....	788
	26.6.1 Recurso administrativo	790
26.7	Programa de Estímulo à Conformidade Normativa Trabalhista.....	792
26.8	Fiscalização do pagamento da remuneração.....	793
Capítulo 27 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO.....		795
27.1	Conceito	795
27.2	Prescrição e decadência.....	795
27.3	Prescrição no Direito do Trabalho.....	801
27.4	Prescrição do trabalhador rural.....	806
27.5	Prescrição da indenização por danos morais e materiais e decorrentes de acidente do trabalho	808
27.6	Prescrição na ação civil pública.....	812
Capítulo 28 – DIREITO COLETIVO DO TRABALHO		814
28.1	Introdução	814
28.2	Princípios de Direito Coletivo do Trabalho.....	814
28.3	Direito Coletivo do Trabalho na Constituição Federal de 1988.....	816
28.4	Liberdade sindical.....	818
28.5	Limitações ao princípio da liberdade sindical.....	822
28.6	Cláusulas que limitam a liberdade sindical	828
28.7	Condutas antissindicaís	828
28.8	Sindicato.....	830
	28.8.1 Enquadramento sindical.....	832
	28.8.2 Órgãos do sindicato.....	833
	28.8.3 Eleições sindicais	833
28.9	Entidades sindicais de grau superior.....	833
28.10	Centrais sindicais.....	834
28.11	Funções do sindicato	838

28.12	Receitas do sindicato	841
28.13	Conflitos coletivos de trabalho	852
28.14	Negociação coletiva	856
28.15	Contratação coletiva de trabalho	857
28.15.1	Conteúdo das cláusulas	865
28.16	Relação entre contrato individual de trabalho e instrumento normativo	866
28.17	Incorporação ao contrato individual de trabalho.....	868
28.18	Negociação coletiva na administração pública.....	873
28.19	Limites e parâmetros da negociação coletiva	875
28.19.1	Jornada de trabalho	879
28.19.2	Banco de horas anual.....	880
28.19.3	Intervalo intrajornada.....	881
28.19.4	Programa Seguro-Emprego	881
28.19.5	Plano de cargos, salários e funções.....	882
28.19.6	Regulamento de empresa	883
28.19.7	Representante dos trabalhadores no local de trabalho.....	884
28.19.8	Teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente ..	884
28.19.9	Remuneração por produtividade, gorjeta e por desempenho individual	886
28.19.10	Registro de jornada de trabalho	887
28.19.11	Troca do dia de feriado	888
28.19.12	Enquadramento do grau de insalubridade.....	888
28.19.13	Prorrogação de jornada em ambientes insalubres.....	889
28.19.14	Prêmios de incentivo em bens ou serviços.....	890
28.19.15	Participação nos lucros ou resultados.....	890
28.20	Anulação de convenção e acordo coletivo de trabalho.....	891
28.21	Objeto ilícito de convenção e acordo coletivo de trabalho.....	893
28.22	Representação dos trabalhadores na empresa.....	895
28.23	Cogestão.....	899
28.24	Greve.....	900
28.24.1	Classificação	901
28.24.2	Limites.....	902
28.24.3	Legitimidade e interesse.....	904
28.24.4	Procedimento.....	905
28.24.5	Direitos e deveres.....	908
28.24.6	Abuso do direito de greve	908
28.24.7	Efeitos sobre o contrato de trabalho.....	909
28.24.8	Instauração de dissídio coletivo de greve	910
28.25	Lockout.....	914
BIBLIOGRAFIA		915